



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

## **OS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS E O GOVERNO DILMA ROUSSEFF: DUAS ROTINAS DE INTERAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO**

Sabrina de Oliveira Silva Telles

*Universidade Católica do Salvador / telles.sabrina@hotmail.com.*

**Resumo:** O contexto político-institucional brasileiro entre 2011 e 2016, governo da primeira presidenta da república, Dilma Rousseff, passou por significativas transformações, levantando questionamentos e inquietações relativas à questão de gênero, que nos instigaram a contribuir com a discussão. Este trabalho, oriundo de uma dissertação de mestrado, objetiva caracterizar, a partir do debate teórico sobre o confronto político, duas rotinas de interação entre o Estado brasileiro e os movimentos de mulheres e feministas, que, em suas variadas vertentes, compõem, assim, seus repertórios de ação coletiva. A abordagem metodológica foi qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental, cuja coleta de dados ocorreu, de janeiro a agosto de 2018, em documentos encontrados em sites oficiais do governo federal e em livros, artigos científicos, dissertações, teses, com os descritores “governo Dilma”, “movimentos de mulheres”, “movimentos feministas”, “feminismos”, “teoria do processo político”, “confronto político”. Como resultado, caracterizamos duas rotinas de interação: “Protestos e Ação Direta: as Marchas de Mulheres” e “Participação Institucionalizada: as Conferências Nacionais de Política para Mulheres”. Elas nos conduzem a entender que: a) ocorreram protestos que tanto fizeram parte do ciclo de negociações com o Estado como os que adotaram uma perspectiva mais confrontacional com ele; e b) o governo Dilma, pela noção de oportunidade política, foi um oponente que oportunizou mais e ameaçou menos os movimentos de mulheres e feministas. Assim, tais movimentos estabeleceram, neste período, diálogo político com o Estado, através de rotinas de interação, na perspectiva de que as reivindicações das mulheres fossem consolidadas, ouvidas e atendidas.

**Palavras-chave:** Gênero, Movimentos Sociais, Movimentos de Mulheres, Movimentos Feministas, Governo Dilma Rousseff.

**Introdução:** Os movimentos de mulheres e feministas no Brasil, em todas as suas vertentes, vêm percorrendo um longo processo de organização interna, de articulação entre si e com outros movimentos para que as suas reivindicações sejam ouvidas, atendidas e consolidadas, pautando, como estrutural, a questão de gênero em nossa sociedade. Caminho este que não se finda.

Nas eleições de 2010, o Brasil elegeu pela primeira vez uma mulher como presidenta da República Federativa, a ex-ministra da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2014, reelegeu-se, em um mandato encurtado por um processo de impedimento que se encerrou em 2016. Destacamos, neste período compreendido entre 2011 e 2016, aspectos da ação dos movimentos sociais de mulheres e feministas.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Círculo

Em consonância com a Teoria do Confronto Político, entendemos que o movimento social não é um grupo, mas, sobretudo, é uma forma de interação social, complexa, cujos participantes, em graus distintos, vêm de redes já existentes. As pessoas se conectam pela solidariedade, resultado de um conjunto de pessoas que pertencem a uma mesma categoria e rede interpessoal (BRANDÃO, 2011).

Consideramos que os movimentos sociais compostos, organizados, protagonizados por mulheres são “movimentos de mulheres”, que se agremiam solidariamente pela categoria gênero e, mais especificamente, devido à desigualdade que elas vivenciam em razão do gênero. Os “movimentos feministas” também possuem essas características, entretanto, nem todos os movimentos de mulheres vestem o rótulo do feminismo. Alguns por uma questão histórica, ou seja, são anteriores à composição da lógica feminista, outros por uma questão de não se alinharem ao conjunto de ideias e/ou a aspectos da agenda feminista. Por isso, utilizamos ambas as denominações, tanto no título deste trabalho quanto para compreendê-los. Por este ângulo, poderíamos pensar que movimentos de mulheres seria uma noção mais ampla, que englobasse os movimentos feministas. Talvez, neste sentido, sim. Contudo, por outro viés, o feminismo ultrapassa o conceito de movimento social,

sendo um campo de estudos, um conjunto de teorias, uma epistemologia. Feminismo é uma lente para que possamos entender as diversas sociedades que se estruturam pela desigualdade de gênero e, a partir disso, agir no sentido de minimizar os seus danos na vida das mulheres.

O conceito de gênero, por sua vez, é usado como um modelo para compreender a subordinação e opressão das mulheres, entendendo-o, muitas vezes, como universais. Todavia, gênero é construído sócio culturalmente, não sendo a categoria social “mulher” algo único a nível global. Por conta de tal investida, o gênero se tornou uma das categorias analíticas de maior relevância “na empreitada acadêmica de descrever o mundo e tarefa política de prescrever soluções” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 2).

Curiel (2007) afirma que desde o surgimento do feminismo, mulheres indígenas, afrodescendentes, dentre outras, têm trazido significativamente a ampliação desta perspectiva de forma teórica e política. A partir de sua subalternidade, impulsionam um novo discurso e uma prática política crítica e transformadora.

Estas e outras foram subalternizadas não apenas nas sociedades e nas ciências de forma ampla, como também no feminismo, por conta justamente deste caráter universalista, que invisibiliza os vários feminismos.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Classe

Portanto, devemos estar atentas para a pluralidade, nos conduzindo pela construção de uma abordagem interseccional.

Pelas palavras de Akotirene (2018), o conceito de interseccionalidade, originário do feminismo negro estadunidense, cruza o Atlântico atracando nas feministas negras latinoamericanas, visando “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (p. 14). Por esta autora, faz-se imperativo “conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política” (p.14).

Assim, os feminismos desenvolvidos no Sul Global possui uma perspectiva mais propícia à inclusão dos feminismos brasileiros – do que as desenvolvidas na Europa, por exemplo – não apenas pelo passado colonial que nos une, mas também pela forma como os resquícios que essa ocidentalização povoa nosso pensamento sobre o mundo e, metonimicamente, influencia nossa produção do conhecimento.

Segundo Gargallo (2007), o ideário que sustenta os feminismos latinoamericanos é fruto, como todas as idéias políticas antihegemônicas, de um processo de identificação de reivindicações e de práticas políticas que variaram durante sua história.

Diante disso, as mulheres se organizam, se articulam, criam redes; os movimentos de mulheres e feministas se formam; e, em variadas oportunidades e de várias formas de ação coletiva, interagem com o Estado.

Por dar o enfoque ao componente político como prioridade da mobilização social, usamos a estadunidense Teoria do Confronto Político, que traz à análise dos movimentos sociais o conceito de repertório. (GOHN, 2004; ALONSO, 2009; DE’ CARLI E COSTA, 2013)

Assim, existiria um “repertório de ações coletivas”, exprimindo o que as pessoas fazem perante uma demanda; o que elas aprenderam sobre a forma de ser feito; e, ainda, o que é esperado pela sociedade que elas façam. Dentre as infinitas possibilidades, o conjunto de formas de ação e de estratégias utilizadas torna-se, então, finito, sendo limitado pelo conjunto daquilo que é legitimado culturalmente e empiricamente, aquilo que já foi experimentado (ALONSO, 2009; BRANDÃO, 2011; DE’ CARLI e COSTA, 2013).

A noção de oportunidade política mostra como o repertório das ações coletivas se liga as suas formas de associação e às novas formas que emergem. A estrutura de oportunidades depende das instituições estatais, do caráter de permissividade/repressão do regime político,



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da C&A

da estrutura dos partidos políticos, da representatividade de grupos de interesses nas instituições públicas (GOHN, 2004).

Abrasilizando o conceito de repertório, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) utiliza esta noção de repertório também para analisar dinâmicas com caráter mais colaborativo entre atores no Estado e na sociedade civil, desdobrando-se em rotinas de interação.

Nosso objetivo consiste, então, em caracterizar duas rotinas de interação entre o Estado brasileiro e os movimentos de mulheres e feministas, que, compõem os repertórios de ação coletiva desses movimentos, no governo Dilma Rousseff.

Este estudo se faz relevante por trazer um recorte político ainda pouco estudado, especialmente, por se tratar de um período recente. Além disso, tem minha identificação enquanto mulher feminista brasileira, cuja identidade (individual imiscuída com a coletiva) gera inquietações e questionamentos pelo próprio ser nesta sociedade trançada estruturalmente com discriminações pela desigualdade de gênero.

Curiel (2007) me traduz ao afirmar que uma das questões que ela aprende com o feminismo foi “sospechar de todo”, posto que os paradigmas que se assumem, nos diversos âmbitos, estão sustentados em visões e lógicas masculinas, classistas, racistas e sexistas. Assim, seguimos.

**Metodologia:** Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, de base bibliográfica e documental. A coleta se deu em livros, artigos científicos, dissertações e teses, sites oficiais do governo federal no período de janeiro a agosto de 2018. Foram adotados como critérios de inclusão artigos científicos, dissertações e teses, com os descritores “governo Dilma”, “movimentos de mulheres” e “movimentos feministas”, “teorias de movimentos sociais” e “teoria do processo político”. Nos sites oficiais, buscaram-se documentos acerca das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres que ocorreram no governo Dilma Rousseff, bem como pronunciamentos oficiais.

Analisamos as rotinas de interação Estado-sociedade do movimento de mulheres e feminista no Governo Dilma Rousseff, a partir das categorias analíticas de Abers, Serafim e Tatagiba (2014). Estas autoras investigaram a experiência dos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e como foram reinterpretadas as rotinas de comunicação e negociação com os movimentos sociais na interação Estado-sociedade. Adaptamos tais categorias no sentido de analisar especificamente os movimentos de mulheres e recortando o período de 2011 a 2016 em que Dilma



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Classe

Rousseff foi presidente. Construimos, dessa forma, duas categorias: “Protestos e Ação Direta: as Marchas de Mulheres”; e “Participação Institucionalizada: as Conferências Nacionais de Política para Mulheres”.

O tratamento dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), seguindo as etapas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados.

**Resultados e Discussão:** Assim, surgiram as duas rotinas que caracterizaremos a seguir.

### I) PROTESTOS E AÇÃO DIRETA: AS MARCHAS DE MULHERES

Os movimentos sociais, em seu caráter histórico expressam suas demandas e, nesta expressão, com a demonstração de sua capacidade de mobilização, pressionam os atores do Estado a negociar com eles. Existem vários modelos que tornam público e dão visibilidade ao conflito, e que reforçam as identidades e os compromissos firmados. Além disso, no sentido de demonstrar o “poder dos números” temos o exemplo mais emblemático que são as Marchas. (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014)

Considerando-as, elegemos para este estudo duas grandes Marchas de movimentos de mulheres e feministas: as Marchas das Margaridas e a Marcha das Mulheres Negras.

A **Marcha das Margaridas (MM)** é reconhecida como a maior mobilização, no Brasil, de trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas, sendo resultado de uma ampla mobilização nacional, com inúmeros eventos nas diversas regiões do país. (AGUIAR, 2017; PEREIRA, DA SILVA OLIVEIRA, GOMES, 2018)

Tais mulheres visam denunciar as condições de vida adversas do mundo rural, permeada pela desigualdade de gênero, as violências por elas sofridas; além de outros temas de cunho social, econômico e cultural. As principais questões envolvem a percepção de lugar que elas ocupam como atores sociais e políticos, exigindo ações específicas na agenda do governo. (CAVALCANTI e DE LIMA, 2016; CAMPOS e BRASIL, 2017)

O Transformatório das Margaridas indica que:

A Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo e da floresta, promovida pela Contag, Federações e Sindicatos que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e das organizações parceiras – movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras e centrais sindicais e organizações internacionais. (TRANSFORMATORIO DAS MARGARIDAS, s/d).

Tais parcerias, segundo Aguiar (2017), formam certa unidade como forma de ação; não, necessariamente, indicam que haja uma homogeneidade da entidade.

O elo de identificação – que podemos denominar, à luz do Confronto Político, de



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Cidadania

solidariedade – é justamente a noção de “mulher do campo, da floresta e das águas”, que funciona para que o discurso se uniformize em certos pontos e persigam articuladamente a concretização das demandas advindas dos grupos variados.

Durante o governo Dilma, ocorreram duas delas: a 4ª Marcha das Margaridas de 2011 e a 5ª Marcha das Margaridas em 2015.

4ª MM de 2011 levantou o lema “Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia e liberdade”, reunindo setenta mil mulheres do campo e da floresta. A plataforma política apresentada propunha eixos a respeito tanto do uso dos recursos ambientais, como acerca de autonomia de econômica, quanto acerca da posição da mulher na sociedade (direitos reprodutivos, educação não sexista, participação política). (CAVALCANTI e DE LIMA, 2016; AGUIAR, 2017).

Pelo texto de Kalil e Marra (2016), a presidenta, ao receber a pauta com as reivindicações se comprometeu a dar apoio a políticas de fomento a agroecologia que se construiriam em parceria com os movimentos sociais.

Em 2015, ocorreu na cidade de Brasília, a 5ª MM cujo lema foi “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, ratificando a defesa da democracia

como incondicional a se perseguição justiça e igualdade (KALIL e MARRA, 2016; AGUIAR, 2017). Grito este que considerou os acontecimentos políticos que abalaram o governo federal e, nominalmente, a figura da presidenta, que passava pelo processo de impeachment.

O relato de De Mello Guimarães e Gonçalves (2017), que fizeram observação direta da MM de 2015, traz que após a marcha, retornaram ao Estádio Mané Garrincha, na capital brasileira, para ouvir o pronunciamento da presidenta Dilma. Esta o fez posterior à leitura da pauta daquele ano, proclamando que:

As Margaridas têm uma capacidade de organização e de luta que é notável. E essa capacidade de luta contra a opressão inspiram todas as mulheres deste país. Vocês são um exemplo. E quero dizer que inspiram a mim, presidenta da República, e inspiram a todo o meu governo. O meu governo que quer e precisa de diálogo constante com vocês para construir as políticas que permitam fazer do Brasil um país em que mulheres e homens tenham direitos e oportunidades. (BRASIL, 2015)

Aguiar (2017) afirmar que a Marcha das Margaridas, por meio dessa sua capacidade de articulação com movimentos e organizações, contribuiu para que muitas demandas fossem transformadas em ações governamentais. O discurso para presidente em 2015 aponta para isso, do qual destacamos o trecho:

Foi em resposta à demanda das Margaridas que instituímos a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. [...] Se o Brasil tem hoje tem uma política de estímulo à



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Saúde

produção agroecológica, foi porque vocês lideraram essa reivindicação. (BRASIL, 2015)

O fato de haver uma mulher na presidência potencializou o diálogo entre MM e governo brasileiro. Arriscamos aludir que o governo Dilma Rousseff surgiu como uma oportunidade política para os movimentos de mulheres rurais. O fato deste governo se colocar como aliado no sentido de possuir projetos políticos comuns (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014) é que protestos como a Marcha das Margaridas fazem parte do ciclo de negociações.

A **Marcha das Mulheres Negras (MMN)**, por seu turno, ocorreu em Brasília, no dia 18 de novembro de 2015, Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, com a participação de cerca de cinquenta mil mulheres de todas as regiões do país. (GELEDES, 2016)

O processo que deu luz à Rede de Mulheres Negras, entre os anos de 2013 e 2015, apontam para o trabalho de articulação política das mulheres negras para esta I Marcha. Apesar dos encontros decisórios terem sido presenciais, a literatura nota a relevância das redes sociais para a repercussão do ato. (DE OLIVEIRA, 2017)

Devido também a este elemento facilitador e agregador, que se pode entender duas características apontadas por De Oliveira Lemos (2016) neste processo que é: a

participação, na organização da MMN, de mulheres negras que não possuíam vínculo institucional e, ainda, a significativa atuação da juventude negra através de jovens novas lideranças. A partir disso, algumas organizações que estavam adormecidas notaram a necessidade de novas ações e articulações.

Com o intuito de mobilizar para a Marcha divulgou-se, em dia 25 de julho de 2014, um manifesto com as motivações para tal ato:

Estamos em Marcha para exigir o fim do racismo em todos os seus modos de incidência, a exemplo da saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras estão relacionadas à dificuldade do acesso aos serviços de saúde, à baixa qualidade do atendimento recebido aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras. (MANIFESTO, 2015)

Figueiredo (2018) analisa que o modelo capitalista, que explora, exclui e subemprega as mulheres negras é denunciado; e assinalam a associação entre racismo e sexismo na perpetuação da violência contra elas. Constata-se a falência de um projeto civilizador do Estado brasileiro, que promovem a manutenção das desigualdades de gênero e de raça desde o período colonial; e de um modelo econômico e político fincado na exploração e em relações de poder.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Escova

O repertório de confronto é colocado como o repertório oficial do movimento (BASTOS, 2017), podendo o campo relacional desta Marcha ser lido por vários ângulos.

O Estado é oponente porque reproduz uma lógica perversa de racismo e sexismo, sendo este o ator a ser confrontado. Este ator também deve ser aquela a ser sensibilizado para a pauta reivindicatória, pois é preciso que traços de sua estrutura organizativa seja alterada, por exemplo, o caráter racista da instituição policial. A sociedade civil deve estar atenta para que discursos dominantes sejam quebrados, não perpetuando tais lógicas, sendo chamada para ampliar este confronto.

Desta primeira categoria analítica que descrevemos, foi possível analisar que os protestos se diferem não apenas em pautas e reivindicações, tendo em conta as vertentes diferentes e os locais de onde gritam suas demandas, como também em formas e intenções. Ambas Marchas, as das Margaridas e a das Mulheres Negras, possuíam um significativo número de participantes, em que inúmeras vertentes dentro das grandes vertentes centrais, quais sejam mulheres do campo e mulheres negras, fizeram das ruas seus palcos. Essas duas vertentes se tornaram feminismos guarda-chuvas que agrega múltiplas identidades, ampliando cada vez

mais a noção de feminismo e movimento feminista.

Extraí-se que o governo Dilma, bem como o processo de impeachment, surgiu como uma oportunidade política para o confronto direto, nas ruas, especialmente pela efervescência de mobilizações públicas, caminhadas, marchas, para os movimentos feministas e de mulheres.

### II) PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA: AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE POLÍTICA PARA MULHERES

A Teoria do Confronto Político e o debate acadêmico sobre os movimentos sociais, neste país, posicionam, como papel central, na esfera empírica e teórica, a interação da ação política institucional e a não institucional (BRANDÃO, 2011).

A Participação Institucionalizada, nessa perspectiva, é uma rotina de interação que se caracteriza pela utilização “de canais de diálogo oficialmente sancionados” cujas regras são previamente estabelecidas – às vezes, pela própria lei – e que são aceitas por todos os envolvidos. Esta rotina se dá pela governança compartilhada, em que os atores estatais criam e conduzem o processo. Reuniões públicas documentadas formam arenas participativas formais, com o objetivo explícito de ter influência sobre determinadas políticas e decisões sobre elas (ABERS, SERAFIM E TATAGIBA, 2014).



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas de Gênero

O diálogo dos movimentos de mulheres e feministas com o Estado tem propiciado a criação de ambientes institucionais e de formulação de políticas públicas responsáveis pela garantia dos direitos das mulheres (MIRANDA, 2009).

Abers, Serafim e Tatagiba (2014) apontam as conferências como um dos tipos de participação institucionalizada que predominam em nosso país. Nosso enfoque recairá sobre as conferências e mais especificamente sobre as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (CNPM). As duas primeiras CNPM ocorreram durante o governo Lula, em julho de 2004 e agosto de 2007 (SPM, 2015). Durante o governo Dilma, tivemos a 3ª CNPM em 2011 e a 4ª CNPM em 2016.

Tais Conferências foram convocadas pela presidência da República, através da Secretaria Nacional de Política para Mulheres, e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ratificando o compromisso com a promoção da “autonomia e igualdade das mulheres” do Estado brasileiro (SPM, 2013).

A 3ª CNPM foi realizada entre os dias 12 a 15 de dezembro de 2011. É assinalada, nos Anais de 3ª CNPM, como “condição necessária” às políticas que promovem a igualdade de gênero, o compromisso do poder público e seu engajamento nos movimentos feministas e de mulheres. (SPM, 2013).

Miranda (2009) ressalta que a criação desses espaços institucionais é uma conquista dos movimentos feministas brasileiros resultantes de suas articulações com o poder estatal. A trajetória é marcada por negociações, impasses, conflitos, que geram ações específicas do Estado, e produz formas de institucionalização e de mediação dos interesses das mulheres, originando práticas de governabilidade democrática.

Segundo suas organizadoras, a trajetória de construção da Conferência foi “um dos seus maiores êxitos”, devido à participação de mais de 200 mil mulheres nos eventos estaduais e municipais etapas que a antecedeu (SPM, 2013, p. 6). Nessa conferência, foram aprovadas 91 resoluções para orientar a Política Nacional para as Mulheres, originárias de votação em plenária a partir de grupos de trabalhos.

A 3ª CNPM elabora recomendações e propostas, para o Estado e para a sociedade brasileira, fundamentadas no respeito às diferenças, enfrentamento e superação de múltiplas desigualdades experimentadas pelas mulheres. Cumpre salientar que a pluralidade de vivências das mulheres englobam as relações: de gênero, de classe social, de raça, de etnia, heteronormatividade, de LGBTfobia, de diferenças geracionais, de necessidades especiais (SPM, 2013). Como Carneiro (2003) nos ensina, diferentes sujeitos políticos



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Cidades

possuem diversos olhares que geram peculiaridades nos processos de luta de cada grupo que devem ser salvaguardados.

No geral, Petinelli (2011) afirma que as conferências públicas influenciam de forma eficaz a construção da agenda de políticas públicas do governo federal, considerando que muitas propostas são realmente englobadas por esta instância governamental.

Por sua vez, a 4ª Conferência Nacional de Política para Mulheres ocorreu em maio de 2016, em outro contexto político. O Brasil imerso em uma crise política-institucional sem precedentes, envolto nas arbitrariedades cometidas ao longo do processo de impeachment, provocou uma série de mobilização de mulheres nas ruas, nas redes sociais, nas esferas estatais, em prol da primeira presidenta do país e contra ao incipiente projeto de governo divulgado por seu sucessor, o então vice-presidente Michel Temer.

A 4ª Conferência aconteceu entre os dias 10 a 13 de maio de 2016, em Brasília, sob o tema “Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres”. O escopo foi reforçar as estratégias de diálogo com e entre os Organismos de Políticas para as Mulheres, os Conselhos de Direitos da Mulher, e as demais organizações de mulheres e feministas; e, ainda, criar mecanismos de mobilização e de representação que sejam eficazes e sólidos

nos âmbitos federal, estadual e municipal. (SPM, 2016)

No dia 12 de maio, em meio à Conferência, na mesma cidade de Brasília, a presidenta foi afastada do seu cargo. Este contexto, que se agravou em 2016, podemos encarar como um período de constrangimentos políticos, por um lado, em consonância com entendimento de Carlos (2015); e de estrutura de incentivos, por outro, em que as atoras estão sendo encorajadas/ desencorajadas ao confronto político. Encoraja o confronto devido à estrutura de oportunidade que se criou para os protestos nas ruas, por exemplo, motivado pelo descrédito por parte de parcela na representação política, por conta da leitura como golpe que o processo de impeachment adquiriu pelos setores de esquerda e mais progressistas da sociedade, inclusive dos diversos movimentos feministas.

Pela torna-se necessário analisar sempre o conjunto de oportunidades e ameaças presentes no mundo que cerca o movimento/indivíduos e que tem alguma probabilidade de afetar o bem-estar e o sucesso dos atores sociais (BRANDÃO, 2011). Encaramos esta proposição como um viés teórico, no sentido de que as estudiosas dos movimentos sociais devem estar atentas em suas análises, e com um viés pragmático, no sentido de auxiliar a estruturação pelos movimentos sociais de mecanismo de



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Cãçã

enfrentamento, especialmente em períodos que se nota a necessidade de uma alteração nos repertórios – ainda que essa alteração seja para aquele outro integrante de um rol já estabelecido.

Entendemos que as Conferências, espaços sancionados estatalmente, no caso desta em comento, por meio de decreto em 2015, podem se constituir em lugares para a discussão de tais mecanismos, já que Estado e sociedade civil podem ser aliados, de forma estratégica pelos movimentos para a persecução de objetivos até certo ponto, porque os atores do componente político-institucional não tem demonstrado ir além, por exemplo, sancionando uma reivindicação que comprometa sua permanência no poder, como é o caso da descriminalização do aborto, que pode provocar insatisfação de parte do eleitorado, comprometendo cargos eletivos.

Matos e Paradis (2014) afirmam que o Estado possui uma tendência a conservar e perpetuar suas rotinas ao curso da história. No que concerne às questões de gênero, o exercício do poder do Estado mostra:

uma forte inclinação e/ou pré-julgamento sobre as relações de gênero que o estruturam sendo ela, quase sempre, disfarçadas sob o manto da neutralidade de gênero no âmbito das instituições estatais (no Executivo, no Legislativo e no Judiciário). Mas essa neutralidade simplesmente não existe e pode-se sim afirmar a presença de inclinações patriarcais estruturadas no Estado brasileiro. (MATOS e PARADIS, 2014, p. 60)

Seguindo com as autoras, a proposta é a despatriarcalização do Estado que consiste em pensar um formato de Estado direcionado a promover a justiça social e da cidadania inclusiva. Para isso, faz-se necessário pensar na produção e condução, de forma orquestrada, das estratégias e dos mecanismos de descolonização patriarcal e racial.

As negociações e garantias que emergiram de políticas voltadas para as mulheres foram frutos do confronto político dos movimentos de mulheres e feministas com organizações governamentais e não governamentais, que formam um campo relacional, cujo repertório permite que se essa dicotomia, essa polarização entre os atores seja dissolvida até certo ponto.

**Conclusões:** Este estudo teve abordagem qualitativa, do tipo documental e bibliográfico conduzido pela Teoria do Confronto Político, a partir das categorias de análise chamadas de rotinas de interação. Com vistas a atender ao objetivo proposto, caracterizamos duas rotinas de interação entre o Estado brasileiro e os movimentos de mulheres e feministas no governo Dilma Rousseff. Na primeira categoria, como protestos e ação direta, assinalamos duas mobilizações, ou conjunto de mobilizações, durante o período, quais sejam: a Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Negras. Nota-se que,



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Políticas da Região

especialmente a Marcha das Margaridas, utiliza este modelo de protesto como etapa para alcançar o diálogo com o poder estatal; ao passo que a Marcha das Mulheres Negras, mesmo almejando a efetivação de direitos e espaço na agenda pública, adota uma perspectiva mais confrontacional, apontando contundentemente para o racismo institucional que promove violências baseadas em de gênero e raça. Na segunda categoria, discorreremos sobre a institucionalização dos movimentos de mulheres e feministas, destacando o caso das 3ª e 4ª Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres. Estas se estabelecem enquanto espaços formais, previamente sancionados pelo Estado, para propiciar a interação com os movimentos sociais dispostos. Os resultados de tais encontros é a apresentação de propostas a serem encaminhadas e exigidas do Estado. Os contextos político-institucionais de cada um desses eventos denotam tom reivindicatório das discussões. Neste governo e, especialmente, no seu conturbado fim, vivenciamos um período desafiador para a história política brasileira que provocou – e provocará por tempo indeterminado – efeitos desastrosos nas esferas política, social, econômica e cultural, do país.

Diante do exposto, consideramos que os achados e reflexões que emergiram da nossa discussão podem subsidiar análises desse

curto e recente período; gerando menos respostas que novas perguntas, a fim de promover novos estudos e levantar discussões.

**Agradecimento:** Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Cláudio André de Souza (UCSAI - UNILAB).

### Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, 2014.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 261-295, 2017.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

ALONSO, Angela et al. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 49-86, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5ª. Lisboa: Edições, v. 70, 2016. 280 p.

BASTOS, Sara Talice Santos. **Movimento - Partido - Estado: Os Repertórios de Ação**



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

### de Militantes do Movimento Negro do Rio

### Grande do Sul. Dissertação (Mestrado) -

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2017.

BRANDÃO, Lucas Coelho. A literatura sobre movimentos sociais: a interação entre política institucional e não institucional. São Paulo, n 71, 1 semestre de 2011, pp. 123-143.

BRASIL. Presidenta (2010-2016: Dilma Rousseff). **Discurso durante ato de encerramento da 5ª edição da Marcha das Margaridas**. Brasília, 12 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta> Acesso em: 20/10/2018

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 17, n. 1, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CAVALCANTI, Manuella Paiva de Holanda; DE LIMA, Eden Tenório et al. Marcha das Margaridas: Participação política, empoderamento e movimento social em rede das mulheres do campo e da floresta. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 3, n. 5, p. 94-107, 2016.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nômadias**, n. 26, p. 92-101, 2007.

DE LIMA CAMPOS, Mariana; BRASIL, Flávia de Paula Duque. Movimentos de mulheres do campo e o Estado: um estudo sobre as políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher na realidade rural. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 3, p. 533-556, 2017.

DE MELLO GUIMARÃES, Soraia; GONÇALVES, Raquel Quirino. Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social “Marcha das Margaridas”. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 1, p. 231-251, 2017.

DE OLIVEIRA LEMOS, Rosália. O carnaval axé-nkenda e a marcha das mulheres negras 2015: uma reflexão desde a perspectiva feminista negra. **Revista Gênero**, v. 16, n. 2, 2016.

DE' CARLI, Caetano; COSTA, Elizardo Scarpati. Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico. **Sociologia**, v. 26, p. 139-162, 2013.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 2, p. 1080-1099.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

**GELEDES. 25 de Julho: Dia internacional da mulher negra Latina Americana e Caribenha – Construindo nossa história com autonomia.** Artigo publicado online em 23/07/2016. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/>>. Acesso em: 20/07/2018.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria Dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** Edições Loyola. São Paulo: 2004.

KALIL, Livia Maria; MARRA, Carolina Alves. As contribuições da Marcha das Margaridas para o avanço da pauta agroecológica no Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2016.

MANIFESTO. Manifesto Da Marcha das Mulheres Negras 2015 Rumo a Brasília – 18 de Novembro de 2015. Disponível em <<http://www.2015marchamulheresnegras.com.br/>>. Acesso em: 20/08/2018.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos pagu**, n. 43, p. 57-118, 2014.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil.** Artigos e Papers do NIEM/UFRGS, 2009.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos

conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.

PEREIRA, Jesana Batista; DA SILVA OLIVEIRA, Dayana Sérgia; GOMES, Larissa Vitória Gabriel. Marcha Das Margaridas: Trabalhadoras Rurais Em Luta. **Caderno de Graduação Ciências Humanas e Sociais UNIT - ALAGOAS**, v. 4, n. 2, p. 205, 2018.

SPM. **Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: autonomia e igualdade para as mulheres.** Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013. 130 p.

SPM. **II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.** Publicado 23/10/2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/4cnpm/outras-conferencias/2aconferencia>>. Acesso em: 10/09/2018.

SPM. **Regulamento Interno e Caderno de propostas da 4ª Conferência Nacional de políticas para as mulheres: Mais Direitos, Participação e Poder Para As Mulheres.** Disponível em <[://www.spm.gov.br/4cnpm/assuntos/Documentos](http://www.spm.gov.br/4cnpm/assuntos/Documentos)>. Acesso em 20/08/2018.

TRANSFORMATÓRIO DAS MARGARIDAS. s/d. Disponível em <<http://transformatoriomargaridas.org.br/>> Acesso em: 20/08/2018.